

## A COLABORAÇÃO DE RODRIGUES DE FREITAS NA REVISTA DA COMPANHIA DE SEGUROS A *PREVIDENTE*

HELENA LIMA

Em 1864, foi fundada no Porto *A Previdente*, uma nova companhia seguradora, criada por iniciativa do Banco Aliança e que se dedicava ao ramo de seguros mútuos sobre vida. Até então, este tipo de seguros não tinha tido uma grande difusão no nosso país. Apesar de haver uma legislação passível de enquadrar este ramo de actividade, desde a publicação do *Código Comercial*, de 1833, da responsabilidade de Ferreira Borges, a maior parte das companhias nacionais como a Segurança e a Garantia, entre outras, dedicavam-se aos seguros fluviais, marítimos ou terrestres, sendo o ramo vida assegurado por companhias estrangeiras, como a Lloyd's ou a Tutelar, uma companhia espanhola com alguma difusão em Portugal.

Coube ao Banco União a iniciativa de lançar na cidade do Porto a secção “seguros de vida em mutualidade”, em Agosto de 1863. Um ano mais tarde, surgia *A Previdente*, que assumia, assim, parte da iniciativa pioneira neste ramo de seguros, que dava, na altura, os primeiros passos no mercado portuense. Esta companhia tinha necessidade de uma ampla divulgação deste novo produto, função que veio a ser parcialmente assegurada por uma publicação mensal também intitulada *A Previdente*.

O seguro mútuo sobre vida era apresentado aos subscritores e público em geral como um investimento sólido, de lucros garantidos e como uma forma de precaver o futuro dos segurados e das suas famílias. Era baseado num esquema relativamente simples, em que entravam: o factor de risco - a mortalidade dos accionistas -, que era analisado segundo tabelas demográficas europeias da época; e o capital, formado pelo conjunto das subscrições, que, segundo definição estatutária, era maioritariamente investido em títulos de dívida pública, que constituíam na altura a inversão mais segura.

A *Previdente* propunha-se aumentar de forma lenta, mas constante, as poupanças que lhe eram confiadas pelos subscritores, com base na acumulação de juros decorrente da compra dos títulos de tesouro e também do eventual incumprimento das liquidações por parte dos subscritores. A publicação *A Previdente* tinha, pois, como objectivo esclarecer o público sobre as vantagens deste novo seguro e também afirmar a honestidade e clareza a ele inerentes, de forma a conquistar um mercado que se mostrava ainda pouco receptivo a investimentos deste tipo.

A prestação de Rodrigues de Freitas em *A Providente* teve em linha de conta as dificuldades que se apresentavam à divulgação dos seguros mútuos sobre a vida, daí que tenha mantido uma colaboração sistemática e multifacetada, logo desde a publicação do primeiro número. Os artigos da sua autoria foram uma constante e os temas abordados indiciavam as linhas condutoras do seu pensamento económico, bem como a busca de soluções para os problemas sociais que assolavam as classes mais desfavorecidas. É nesta dupla vertente que devemos entender o seu desempenho enquanto colaborador de *A Providente*. Realmente não se tratava de apenas publicitar um qualquer produto com necessidade de implantação no mercado nacional, o que importava era a divulgação de um novo meio, que era um bem político e moral, enriquecedor dos indivíduos e, concomitantemente, do conjunto da economia nacional.

Ao longo de todos os artigos que tratam este tema, Rodrigues de Freitas procurou publicitar as suas vantagens, quer explicando às pessoas sobre a validade deste novo produto do ponto de vista do investimento, quer apontando-o como uma forma de precaver o futuro. Aliás, esta intenção publicitária é expressa e declarada num dos editoriais de *A Providente*, pois o jornalista tem plena consciência da função e da importância da publicidade, desde que pautada pelo comedimento e pela prudência. Ela deveria ser entendida como um complemento positivo na formação de uma opinião pública esclarecida e preparada, capaz de distinguir a informação correcta dos exageros de meros truques propagandísticos.

Mas a colaboração de Rodrigues de Freitas vai mais além da intenção publicitária imediata. De facto, artigos como “Economia e os Seguros de Vida”<sup>1</sup>, reflectem a análise do tema enquadrando-o numa perspectiva económica e social.

A abordagem económica é-nos apresentada segundo diversas vertentes. Em termos gerais, os seguros de vida são considerados um bom investimento. Para além deste aspecto evidente, esta forma de inversão ou de poupança deveria ser um dos meios financeiros que, tal como as caixas económicas, os bancos, as sociedades de socorros mútuos ou os montepios, deveria contribuir para o enriquecimento do nosso país, que segundo ele, estava ainda longe de ser considerada sólida e próspera. Portanto, este novo serviço deveria também ser considerado tão importante como os outros seguros tradicionais, na medida em que também ele teria um papel estruturante na actividade económica nacional.

Por outro lado, e do ponto de vista da análise social, os seguros de vida enquanto instrumento de poupança, seriam uma maneira segura das classes mais desfavorecidas se precaverem contra eventuais situações de crise, que assim poderiam ser se não evitadas, ter pelos menos consequências menos desastrosas. “Os seguros de vida são, entre todos, precioso meio para das

pequenas privações constituir avultadas fortunas. A capitalização continuada e a herança mútua, principalmente, operam a transformação do grão em árvore, de ténue corrente em abundante rio, do humilde mealheiro em thesouro bem provido.”<sup>2</sup> Ora, esta forma de poupança não pode ser dissociada da questão social. Conhecemos a preocupação, inúmeras vezes manifestada em diversos artigos por Rodrigues de Freitas, relativamente aos efeitos das crises na sociedade industrial, descritas e caracterizadas, por exemplo, no artigo “A Falta de Trabalho e o Fundo de Reserva Social” publicado na revista *A América*, “Do meio das mais civilizadas nações se ergue de longe em longe um clamor terrível: é o conjunto dos operários sem trabalho.(...) Umás vezes o mal é passageiro; vem rapidamente o dia em que tudo reentra no giro regular. Outras vezes prolonga-se e toma aspecto mais e mais lastimoso; a miséria lavra por bairros inteiros; a fome persegue não só os velhos e as creanças, mas também a juventude que debalde aneia empregar esforços para obter em troca o parco sustento indispensável à existência; a morte dizima as povoações(...)”<sup>3</sup>.

Este problema é várias vezes retomado em *A Providente*, onde para além da perspectiva do economista é possível reter também a visão profundamente humana e moral que nos é dada quer pela análise das causas da crise, quer pelas soluções propostas, como nos indicam artigos como “A Educação e os Seguros”<sup>4</sup>, em que se procura justificar a necessidade de investimento no ensino e o potencial de riqueza a ele inerente.

O artigo “Os Parochos, e as Instituições Económicas” é também um exemplo de uma séria consideração sobre os grandes desafios sociais e em que se afirma a necessidade de uma nova atitude por parte do clero, traduzida num maior empenho na construção da sociedade moderna, isto é, num papel activo junto das populações no sentido de as educar e preparar para os novos desafios que se lhe colocam e também para a libertar de costumes retrógados e fatalistas que impedem o seu enriquecimento como individuos e como factores de riqueza do país. E assim, depois de esboçar o perfil do clérigo eminentemente moral, escreve: “O parochio exemplar póde não sómente praticar o que de ordinário se comprehende no dominio religioso, mas também ensinar as doutrinas sociaes que facilitam o engrandecimento de cada paiz, e melhoram a sorte dos individuos. (...) O templo não é o inimigo da sociedade; a religião não é adversário do progresso. Vive cada qual na sua esphera d’ordem, mas harmonisam-se, alliam-se, estreitam-se, combinam-se.”<sup>5</sup>

A revista *A Providente* constituiu, pois, uma tribuna privilegiada para Rodrigues de Freitas, que aí discorreu sobre os grandes temas da economia nacional, sobre as suas dificuldades estruturais e de que maneira se reflectiam sobre a vida da população. Esta temática era habilmente articulada com a necessidade e importância dos seguros mútuos sobre vida,

encarados como um elemento fundamental da construção de uma nova economia mais rica e de uma população moralmente mais preparada e empreendedora. Assim devem ser entendidos os artigos de carácter mais técnico em que se procurava explicar aos subscritores e leitores em geral os mecanismos pelos quais se pautavam os seguros de vida: as tábuas de mortalidade, o investimento em títulos de dívida pública, o capital acumulado, a solidez e segurança deste novo seguro. Estas operações eram explicadas uma e outra vez, muitas vezes acompanhadas de exemplos numéricos para uma melhor compreensão dos leitores e também pela necessidade de tranquilizar o mercado, como é o caso dos artigos publicados sob os temas “A Tutelar” ou “Seguros Mútuos sobre Vida”.

Para concluir, é importante referir o facto de A Previdente ter terminado o seu exercício em finais de 1870, à imagem do que havia acontecido anteriormente com as companhias nacionais que se dedicavam à actividade dos seguros de vida. A incapacidade destas empresas vencerem no mercado nacional evidenciava que a sociedade portuguesa não estava ainda preparada para este novo tipo de investimento: quando houve uma quebra nos lucros dos títulos de dívida pública, com consequências negativas quase imediatas sobre os investimentos das seguradoras do ramo vida, os subscritores preferiram optar por outras formas de inversão que produzissem um lucro mais imediato. Esta reacção do mercado acabou por demonstrar que de facto os investidores portugueses e a população em geral não estavam ainda preparados para este tipo de seguros, padeciam do atraso entorpecedor tão bem caracterizado e tantas vezes combatido por Rodrigues de Freitas.

## NOTAS

1. “A Previdente”, n.º 1, 1864, p. 21.
2. *Idem*, p. 22.
3. “A América”, Março/1868, p. 40.
4. “A Previdente”, n.ºs. 11-12, 1865.
5. *Idem*, n.º 5, 1864.